



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

2094514-81.2018.8.26.0000
M819964

Recurso extraordinário nº 2094514-81.2018.8.26.0000.

I. Trata-se de recurso extraordinário interposto por Maria Cecília Nispeche, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela 3ª Câmara de Direito Privado.

II. O recurso não reúne condições de admissibilidade.

Violação aos arts. 1º, III, 3º IV, 5º I, X e LIV da CF

De início, com relação ao §3º do art. 102 da Constituição Federal, verifica-se ter sido alegada a existência de repercussão geral de questão constitucional, tal como determinam o art. 1.035, §2º, do CPC e a Emenda Regimental STF n. 21, de 30.4.2007, publicada em 3.5.2007.

Todavia, não restou demonstrada a ocorrência da alegada vulneração aos dispositivos arrolados, eis que as exigências constitucionais na solução das questões de fato e de direito da lide foram atendidas pelo acórdão ao declinar as premissas nas quais assentada a decisão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

2094514-81.2018.8.26.0000
M819964

III. Pelo exposto, **INADMITO** o recurso
extraordinário com base no art. 1.030, V, do CPC.

São Paulo, 15 de outubro de 2019.

Gastão Toledo de Campos Mello Filho
Presidente da Seção de Direito Privado